



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9398 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

FORMAÇÃO LITERÁRIA, ESPAÇOS DE LEITURA E ALFABETIZAÇÃO NAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS E EM CONTEXTOS DA PRÁTICA

Fernanda de Araújo Frambach - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO -  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## FORMAÇÃO LITERÁRIA, ESPAÇOS DE LEITURA E ALFABETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E EM CONTEXTOS DA PRÁTICA

### Resumo

Ao longo da história de nosso país sucederam-se inúmeras políticas públicas relacionadas à educação e à leitura. Algumas destas se inter-relacionavam e outras indicavam ações mais individualizadas voltadas para cada campo. Apesar da existência de distintas legislações, muitas não foram acompanhadas de condições para sua efetivação. Neste trabalho, apresentamos conclusões de uma pesquisa que intencionou realizar a “abordagem da trajetória” de políticas de alfabetização, democratização do livro e constituição de espaços de leitura escolares, consorciando as dimensões macro (nacional), meso (estado) e micro (municipal/escolas). O trabalho de análise discursiva, ancorado na perspectiva bakhtiniana, focalizou-se em alguns documentos legais bem como em textos e programas deles oriundos, com o intuito de observar os discursos e as concepções que balizam tais políticas. Para ampliar as análises documentais, incorporamos as vozes de atores que atuam no contexto de influência e de elaboração das políticas estudadas. Posteriormente, buscamos compreender como estas propostas são ressignificadas no contexto da prática a partir de entrevistas narrativas com profissionais de duas escolas públicas de um município do Estado do Rio de Janeiro. As análises apontam disputas discursivas e distintos processos de elaboração e (re)interpretação das políticas que são balizadas por concepções, experiências e ambições pessoais.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Leitura. Políticas educacionais. Discurso.

O contexto nacional que estamos vivenciando, com grandes desafios na educação, área cada vez mais desvalorizada e atacada pelo governo atual, evidencia a importância de se pensar a escola, especialmente no que tange ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita e a proposição de ações voltadas para a garantia do direito à educação de milhares de brasileiros. Por isso, é cada vez mais urgente que não somente se reflita sobre concepções e

metodologias de ensino, mas sobre discursos e políticas voltadas para a alfabetização e a leitura. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de Doutorado cujo objetivo foi compreender como as políticas referentes à alfabetização, à democratização do livro, da leitura e da literatura e à constituição de espaços de leitura escolares são idealizadas, desenvolvidas e ressignificadas no contexto da prática.

As concepções teóricas que balizaram a pesquisa são principalmente relacionadas às questões sobre alfabetização, leitura e literatura. A concepção de linguagem assumida está ancorada em Mikhail Bakhtin. O ciclo de políticas proposto por Richard Bowe; Stephen Ball; Anne Gold e demais estudos de Stephen Ball foram fundamentais para a análise das políticas públicas investigadas.

A perspectiva da linguagem enquanto processo de interação que assumimos no estudo é potente para pensar as possibilidades de práticas de ensino da leitura e da escrita. Concordamos com Goulart (2017) ao afirmar que a alfabetização implica muito mais do que o conhecimento de letras, palavras e sons, e sim “[...] a constituição de sentidos e seus modos de produção. Sentidos que histórica e culturalmente se constituem na ação coletiva e individual dos sujeitos.” (p. 109). Portanto, defendemos a alfabetização como um processo discursivo, que se dá no jogo das representações sociais, das trocas simbólicas, dos interesses, sendo permeada pelos usos, pelas funções e pelas experiências sociais da linguagem e de interação verbal. Nesse processo, “o papel do ‘outro’ como constitutivo do conhecimento é da maior relevância e significado (o que o outro me diz ou deixa de me dizer é constitutivo do meu conhecimento).” (SMOLKA, 2003, p. 61). Indo por este viés, advogamos que a leitura não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas um processo “que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.” (FREIRE, 2009, p. 11). Assim, aprender a leitura do texto, em especial o literário, permite ampliar as formas de perceber o mundo e perceber-se nele.

Portanto, a formação literária tem uma grande importância no processo de alfabetização por auxiliar nas relações com o texto escrito, mas principalmente por proporcionar o desenvolvimento da curiosidade, do senso estético e do pensamento crítico. Isto nos leva a pensar o quanto a constituição de espaços de leitura nas escolas é fundamental, desde que possuam uma organização que seja um convite à leitura, com um acervo (literário) de qualidade e a proposição de atividades planejadas e interessantes.

Tendo por base estas concepções, analisamos algumas políticas e propostas referentes à alfabetização e democratização do livro, da leitura e da literatura nos contextos nacional, estadual e municipal, chegando a duas escolas públicas. Recorrendo aos estudos de Stephen Ball, que compreende a “política como texto” baseado na teoria literária que aponta para uma pluralidade de leituras não apenas pela diversidade de leitores, como também pelo fato de que os textos políticos são resultado de múltiplas vozes; e também reconhece a “política como discurso”, em decorrência de disputas e negociações, articulamos suas ideias às concepções de linguagem propostas por Mikhail Bakhtin.

Buscamos realizar a “abordagem da trajetória” das políticas tentando, como sugere Ball (2011), captar as formas pelas quais as mesmas evoluem, modificam-se e decaem ao longo do tempo e do espaço, assim como as suas incoerências, investigando o desenvolvimento, a formação e a realização destas do contexto de influência até as práticas e efeitos (BALL, BOWE, GOLD, 1992; BALL, 1994). Para tal, analisamos textos primários, como legislações específicas, mas também textos secundários ou de recontextualização (BALL, 2016). No contexto nacional foram estudados: o Plano Nacional de Educação (2014-2024); o Plano Nacional do Livro e Leitura- PNLL (2006); a Lei nº 12.244 de 2010 que dispõe sobre a implementação de Bibliotecas Escolares; a Política Nacional de Leitura e Escrita (2018); e a Política Nacional de Alfabetização (2020). No contexto do Estado do Rio

de Janeiro foram investigados o Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - PELLB/RJ (2018); o Programa #juntospelaleitura (2019); e a legislação que dispõe sobre o Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares do Rio - SEBE/RJ (2019). No âmbito do município pesquisado foram estudados documentos que apontam o processo de constituição da Rede Municipal de Educação; o Documento-proposta do Núcleo Integrado de Alfabetização – NIA (1992); Documentos Curriculares da Rede; e o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016-2026. A estas leituras críticas foram incorporadas vozes de autores de textos legais, agentes públicos e representante de um conselho profissional. Posteriormente, buscamos compreender como as políticas analisadas são interpretadas, atuadas e ressignificadas no contexto da prática a partir de entrevistas narrativas com diretores, pedagogos e professores de duas escolas públicas municipais.

Nos textos legais analisados foi possível depreender como pareceres, ementas e legislações derivadas de outras ou que propõem alterações de teor ou de prazo, constituem-se na materialização de disputas discursivas, que são balizadas por concepções e ambições pessoais. Como exemplo, podemos citar o Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) elaborado em 2006, que embora seja “assinado” por um professor (ministro da Educação) e por um intelectual e artista (ministro da Cultura), ressoa os discursos de outros sujeitos, uma vez que diversos programas e iniciativas também contribuíram para a elaboração do documento. Assim, podemos concluir que o PNLL é um texto híbrido decorrente de sua produção em meio a negociações e acordos entre diferentes posições, com distintos atores que atuaram como influências para sua escrita, perpassando desde interesses teóricos e acadêmicos, propostos por professores, artistas e militantes da leitura, até interesses econômicos, envolvendo atores da cadeia produtiva do livro e representantes de editoras e empresas. Além disso, trata-se de um texto *writerly* (BALL, 2016), envolvendo seus leitores como coautores e propondo que outros textos fossem escritos, o que aconteceu com a Política Nacional de Leitura e Escrita. Esta legislação apresenta como um de seus objetivos: “incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao Sistema Nacional de Cultura.” (BRASIL, 2018). Fica implícito neste artigo uma proposição persuasiva (BAKHTIN, 2014) da necessidade de estados e municípios elaborarem seus Planos, “adaptando-se ao novo material, às novas circunstâncias, a se esclarecer mutuamente, com os novos contextos.” (p. 146), o que podemos reconhecer no Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro (PELLB/RJ) que possui um texto muito próximo ao PNLL.

Na contramão, encontramos legislações que são discursos extremamente autoritários e apenas “legíveis”, como por exemplo, a atual Política Nacional de Alfabetização (PNA). Tal documento e os programas secundários articulados a ela (Tempo de Aprender e Conta pra Mim) estão ancorados em dados de relatórios internacionais, especialmente da área da Psicologia, que desconsideram não somente a produção científica do campo educacional brasileiro, como também o fato de que o processo de políticas é infligido “pelo contexto, pela história e pela necessidade” (BALL, 2016, p. 99), trazendo uma visão reducionista de infância e literatura. Em oposição a este tipo de documento, outros são produzidos de forma mais democrática, com a participação dos principais atores educacionais, e por isso não são apenas legíveis, mas tornam-se escrevíveis, no contexto da prática e também no próprio contexto de produção de textos. Um exemplo encontrado no contexto do município estudado foi o Documento-proposta do Núcleo Integrado de Alfabetização, o qual aponta a importância da formação literária para o processo de alfabetização e que teve uma grande influência na elaboração dos documentos referenciais de organização curricular da Rede municipal.

As análises dos documentos, articulados a entrevistas com legisladores, gestores e representantes públicos, revelaram que os distintos discursos presentes nas políticas de alfabetização, de democratização do livro e leitura e de constituição de espaços de leitura

escolares são influenciados, (re)escritos e ressignificados de formas distintas, a partir das relações vivenciadas e estabelecidas, num processo em que as palavras alheias se tornam palavras próprias (BAKHTIN, 2011) a partir do lugar axiológico dos autores. Além disso, revelaram que a forma e conteúdo dos textos políticos, bem como as relações estabelecidas determinam a validação dos mesmos. Tal percepção nos apontou a necessidade de compreender como as políticas são interpretadas, reconstruídas e encenadas no contexto da prática (BALL, 2016). Para isso, realizamos entrevistas narrativas com diretores, pedagogos e professoras de duas escolas públicas do município investigado.

As enunciações desses outros sujeitos nos apontaram que as escolas também são formuladoras de políticas, como por exemplo, a elaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos que também é marcada por lutas e disputas discursivas, pois revelam as concepções e práticas dos sujeitos envolvidos e ainda refletem discursos e imposições externas. Além disso, os sujeitos que atuam no contexto da prática apontam como as questões de infraestrutura e gestão, que não são de competência da escola, também interferem na prática destes lugares e na forma como as políticas são atuadas. Outra questão evidenciada é que as práticas docentes em relação ao processo de alfabetização e trabalho com a leitura também são influenciados por outros fatores como a avaliação e interferência dos pais; a preocupação com os resultados das avaliações externas e a determinação de documentos legais.

As análises dos documentos de políticas públicas aliadas às análises dos discursos de diferentes atores que atuam nos contextos de produção dos textos e da prática indicam como estas são frutos de disputas e acordos, revelando distintas posições e intenções. Além disso, a pesquisa evidenciou como alguns objetivos de legislações e políticas que deveriam ser alcançados nunca saíram do papel em função da descontinuidade das propostas e mudanças de interesses nos campos político e econômico. Outra assunção importante foi evidenciar que a escola é um lócus fundamental para a análise, discussão e formulação de políticas públicas, devendo por este motivo garantir um espaço democrático de debate, reflexão e formação continuada. Não obstante, num momento em que o país enfrenta uma grave crise política que ameaça a democracia, com reflexos extremos na educação, sendo evidentes os desmandos que colocam em perigo resultados que foram fruto de muita luta dos profissionais e militantes do campo da alfabetização e da leitura, argumentamos sobre a importância destas propostas e políticas serem analisadas e acompanhadas de perto, tendo em vista a garantia da educação para todos e a formação para a cidadania.

## Referências

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. Ed. São Paulo. Martins Fontes, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BALL, S.; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas Educacionais - questões e dilemas**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BRASIL. **Lei n. 13.696**, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm). Acesso em: 25 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 9.765** de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Publicada no D.O.U. – Edição Extra, de 11/04-2019, p. 15.

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=15&totalArquivos=17> . Acesso em 25 nov. 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 50. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOULART, C. M. A; SANTOS, A. P. Estudos do discurso como referência para processos de alfabetização em perspectiva discursiva. In: GOULART, C. M. A.; GONTIJO, C. M. M.; FERREIRA, N. S. A. **A alfabetização como processo discursivo**: 30 anos de A criança na fase inicial da escrita. São Paulo: Cortez, 2017.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: Alfabetização como processo discursivo. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.